

# “A responsabilidade é do povo”

Afif, Caiado e Azevedo pregam a tomada do poder pela sociedade via eleições gerais já

JOSÉ NÚMANNE PINTO

A responsabilidade já não é dos políticos; está agora nas mãos da sociedade brasileira, que não pode mais errar na escolha dos gerentes de seus interesses. A forma de assumir essa responsabilidade é realizar, o quanto antes, eleições gerais, em todos os níveis, para que se promova uma mudança na direção de uma democracia real, em que seja promovida a justiça social, mas através de meios concretos para se chegar a ela. Esta é a principal conclusão do encontro que O Estado promoveu entre dois jovens e anticonvencionais líderes urbanos — o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo — e outro jovem, também anticonvencional líder dos produtores rurais — o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado. Caiado, Azevedo e Afif denunciaram, numa conversa franca e sem papas na língua, a “briga de



Caiado, Azevedo e Afif acham que eleições de 88 serão muito diferentes das de 86

quadrilhas por pontos de distribuição de influência” — assim classificam o processo de retaliação iniciado pelo governo para punir os parlamentares que votaram pelo mandato de quatro anos para José Sarney, na Comissão de Sistematização da Constituinte. Eles também comungam da esperança do surgimento de um novo tipo de liderança política, mais comprometida com os anseios da sociedade e mais moderna, sem compromissos com interesses de classe, mas mais definida. Caiado identifica este tipo de líder com o perfil do ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, condenando à morte o político do consenso, tradicional na política brasileira, que corresponde ao perfil do ex-presidente Tancredo Neves. Afif prega um projeto de volta às origens, com estímulo total à produção agrícola. Azevedo está assustado com a promessa de Sarney de governar cinco anos em 15 meses: “O Brasil não vai agüentar”, garante.

## “A segunda mentira não pega tão fácil”

Caiado, é possível mobilizar o produtor rural pelas eleições gerais, da mesma forma como eles foram mobilizados na questão da reforma agrária?

Caiado — Não tenha nenhuma dúvida. Aliás, eu quero lhe informar que o processo é justamente o contrário. Não somos nós que estamos mobilizando os companheiros pelas eleições. Eles é que cobram das lideranças uma posição a respeito. Tenho viajado muito pelo Brasil e onde quer que vá sempre me deparo com líderes regionais que me perguntam: “Companheiro, e as eleições, quando é que nós vamos para a rua brigar por eleições?” E ninguém quer saber de eleições presidenciais, não. O que o povo quer é eleições em todos os níveis. Posso lhe dizer que a conscientização é total. E não é para menos. O que o povo quer é competência administrativa, tudo o que este governo não está sabendo mostrar. Na hora em que a liderança tocar o berrante e convocar a massa, ela vai responder de forma ainda mais maciça e entusiasmada do que aconteceu nas mobilizações dos produtores rurais contra as fórmulas de reforma agrária votadas na Constituinte. A sociedade está cada vez mais ciente da necessidade de ser bem representada politicamente, exige uma liderança política capaz de defender a livre iniciativa. No caso dos produtores rurais, eles estão à espera de um líder que tenha uma política agrícola definida e também uma política fundiária que não seja apenas uma tentativa de punir os setores sociais que produzem. Você, que vive nas cidades, não tem a visão que eu tenho, que é a do Interior. Acredite: há um potencial fantástico de mobilização, talvez até maior da que o da época da campanha das diretas-já.

A UDR já tem como canalizar essa mobilização, apoiando uma candidatura, por exemplo?

Caiado — Temos de aguardar as convenções partidárias, pois assumir agora uma posição representa um risco grande: o de ter uma opção que, no fim, não se caracterizaria nem sequer numa candidatura concreta, o que ocasionaria atraso e um desgaste muito grande. É o caso de, primeiro, aguardar candidaturas apresentadas, mas definitivas, sobretudo as que aparecerem desfaldando as bandeiras da livre iniciativa. Tomaremos posição, claramente, por uma candidatura que seja inovadora na forma de fazer política. A sociedade não pode continuar votando em homens que não assumam responsabilidade concreta com relação à palavra que pregam. Fique certo de que em 1988 vai ser muito diferente de 1986. O Brasil evoluiu mais do que as pessoas das grandes cidades são capazes de pensar. A sociedade não está mais se sensibilizando facilmente com as propostas populistas, não. Caminha para uma conscientização rápida e profunda.

Como habitante das grandes cidades, é bom que Eduardo da Rocha Azevedo dê sua opinião a respeito.

Azevedo — Não concordo com Caiado. Pelo que percebo, o populismo ainda faz a cabeça da maioria do povo brasileiro. Existe um processo de conscientização, concordo. Sou a favor das eleições diretas o mais breve possível, mas reconhecendo o risco de, num segundo turno, termos de optar entre dois populistas, algo do gênero Quercia versus Brizola. Isso não é opção. Só que este risco não pode desmobilizar a campanha pelas eleições. Acho que é preciso mobilizar os grandes centros, pedindo eleições diretas em todos os níveis, para vereador, prefeito, deputado, governador, senador e presidente. Sem eleger novos governadores vai ser impossível mudar qualquer coisa. É preciso quebrar a estrutura de caixa desses governadores.

Caiado — Olhe, é bom ter presente o fato de que as próximas eleições serão muito diferentes de tudo o que já vimos até agora. Tenho sentido isso nas andanças pelo Brasil. Sinto uma expectativa geral por um homem com visão de futuro, com coragem de dizer as coisas, não mais um homem do passado. Essa expectati-

va tem ressonância na base, já atinge a sociedade. Basta ter capacidade de articulação e de mobilização, pois a sociedade vai responder.

Azevedo — Pode ser. Mas eu acho que esta conscientização ainda não atingiu as camadas mais baixas da população. O povo ainda acredita na ilusão populista.

Caiado — Você não pode imaginar os efeitos negativos do Plano Cruzado nesse sentido. O povo já descobriu que o Plano foi uma grande mentira, com claros objetivos eleitorais. Uma segunda mentira não vai pegar tão fácil não.

Azevedo — E, mesmo assim, o pai da mentira, o ex-ministro Dilson Funaro, aparece na lista dos preferidos do povo entre os presidenciais...

Caiado — O grande problema é que esta conscientização não vem acompanhada do aparecimento de uma liderança capaz de atender aos novos anseios da sociedade. É preciso que apareça um novo tipo de político, um político com propostas realistas, capaz de atender as novas expectativas de uma sociedade que evoluiu muito.

Azevedo — Concordo que haja uma expectativa, mas não acho que já haja maturidade capaz de aceitar a nova proposta em termos populares. Nosso sistema político privilegia muito o Brasil arcaico em detrimento do Brasil moderno. Como é que um político moderno pode ter sucesso, se a própria representação popular está distorcida? Como é que 23 milhões de votos têm direito à maioria de 292 representantes, enquanto mais de 40 milhões de eleitores são representados por apenas 263 parlamentares? O populismo é alimentado justamente por esse tipo de distorção e não vejo como pode haver uma mudança, se essa representação distorcida foi mantida pelos próprios interessados nas votações das comissões da Constituinte.



Oswaldo L. Palermo



Carlos Lacerda (1914-1977) o verbo afirmativo



Tancredo Neves (1910-1985), a voz do consenso

## Caiado, o proprietário de terras

Quando a União Democrática Ruralista (UDR) foi fundada, imediatamente se criou a imagem nacional de um grupo de proprietários rurais dispostos a enfrentar a baixa a reforma agrária proposta pelo governo da Nova República. Hoje, com 250 mil sócios espalhados por todo o Brasil, a UDR não conseguiu ainda perder o estigma de uma sociedade de direita, disposta à defesa da propriedade privada no campo, até porque seu líder, o médico goiano Ronaldo Caiado, não esconde de ninguém sua verdadeira família de proprietários de terras, dono de duas fazendas, uma a 100 quilômetros e outra a 400 quilômetros de Goiânia, Caiado, um homemzarrão que obtem fácil sucesso entre as mulheres por sua aparência, tem um discurso fácil, mas decidido, na defesa de seus pontos de vista. A força da entidade que criou se reafirma nos leilões de gado em que apoia sua contabilidade, mas também em grandes reuniões a céu aberto, nas quais, ao som de berrantes, os associados reclamam de decisões tomadas sobre Direito Fundiário, no âmbito das comissões da Constituinte. Para aumentá-la, Caiado tem prejudicado suas atividades profissionais (mas ainda opera colunas vertebrais em seu hospital, na capital de Goiás) e o tempo livre com a família, mas constrói uma das mais sólidas lideranças políticas não-partidárias do Brasil contemporâneo.

## “Político moderno sabe dizer sim, não; não é de talvez”

O Brasil está pronto para eleger um político com um perfil moderno?

Caiado — No Brasil contemporâneo, os grandes centros urbanos são formadores de opinião. Estes centros, na minha opinião, já entenderam a necessidade de se expressar por meio de lideranças modernas. Respeito muito o dr. Tancredo Neves e os políticos de sua geração e de seu estilo, mas registro o fim desse tipo de político. Ele existiu, foi muito competente em suas articulações. Mas o esgotamento do modelo se evidencia até na falta de renovação dos quadros. Não há mais políticos do velho estilo com a competência de um Tancredo Neves. Hoje, a sociedade exige políticos mais claros, mais definidos. Não acredito muito no sucesso de um tipo antigo de político, hoje demodê, que tenta fazer um discurso do consenso, que tenta agradar a todo mundo. A sociedade moderna é tão segmentada que exige um estilo de liderança mais combativo. Quer dizer, morreu o político que quer compor com todo mundo, viva o político que defenda claramente uma posição e enfrente seus adversários destemidamente. O político moderno precisa ter adversário. O perfil deste tipo de político é mais próximo de um Carlos Lacerda do que de um Tancredo Neves. O político moderno sabe dizer sim ou não, não é homem de vou ver, de talvez. Não tem tanta preocupação com seus índices de popularidade. Quem formar nesta linha tem meio caminho andado para o sucesso.

Azevedo — Quanto por cento dos eleitores pensam assim?

Caiado — Espere aí, Eduardo. Não se esqueça de que elegemos uma Constituinte e agora os constituintes querem ficar no Parlamento, como congressistas. Você acha que o povo não percebe isso? Esse Congresso precisa passar pelo crivo da eleição e o povo sabe disso. Ninguém é mais bobo, não. E eu acho que, no processo eleitoral, o perfil deste político moderno vai, no mínimo, crescer. Está aqui conosco um típico exemplo de político com o perfil adequado, o deputado Guilherme Afif Domingos.

Deputado, de que lado o senhor está nesta discussão polarizada entre o campo e a cidade? (Risos)

Afif — Eu gostaria de começar lembrando que estamos há 27 anos da última eleição presidencial. E é importante destacar que, na última eleição direta para presidente, a sociedade dinâmica moderna respondeu, de forma contundente, surpreendentemente, em favor de uma proposta diferenciada, Jânio Quadros era o político diferenciado para a época e a consagração eleitoral de sua candidatura é uma opção clara contra o estilo tradicional do político brasileiro à antiga. Como Eduardo da Rocha Azevedo, preocupo-me muito com a questão da representação popular no Congresso, mas lembro que, na eleição majoritária, a sociedade moderna tem ocasião de se expressar e, se ela repetir 1960, vai optar pela solução menos tradicional, mais moderna. Some-se a isso o fato de que, inevitavelmente, o Brasil de hoje, 27 anos depois da última eleição presidencial, é outro país. Nisso concordo com o Ronaldo Caiado. Não estou convencido, como está Eduardo, de que mais uma vez as elites políticas tradicionais vão empurrar goela abaixo da sociedade os produtos acabados de sempre, à disposição na prateleira.

Em outras palavras, o senhor acredita no sucesso da proposta política anticonvencional?

Afif — Volto a concordar com o Ronaldo Caiado nessa questão. A sociedade não vai aceitar, numa eleição em 1988, os pratos feitos. Esta não será uma eleição na base do bico-de-pena, como sempre aconteceu no Brasil. Por isso, creio mais nas lideranças, eu não diria anticonvencionais, mas pelo menos não-conven-

cionais. Uma liderança como a que Caiado exerce na União Democrática Ruralista (UDR). As lideranças convencionais em todos os setores são dependentes do governo para tudo, são propagadoras do paternalismo nocivo que transforma a política brasileira nessa nefasta ida e vinda sem sair do lugar. Quando aparecem lideranças não governistas, a sociedade se identifica com elas. A sociedade brasileira já se cansou desse tipo de político que tem conveniências e não convicções. É isso que nos une aqui. Em 1983, eu era presidente da Associação Comercial de São Paulo e rompi com o governo, denunciando a taxa escorchante de juros. As lideranças convencionais do meu setor ficaram, como se diz, lívidas de espanto. Morreram de medo. Mas acho que devo os 508 mil votos que recebi de eleitores paulistas à coragem de ter assumido uma posição contra o governo e o status quo. A tradição mostra que os líderes classistas têm dificuldades de se eleger. Se eu não tive é porque rompi esse círculo vicioso da dependência viciada do governo, do Estado. O setor empresarial preferiu investir nos políticos tradicionais, mas o eleitor respondeu a isso votando em mim.

“A sociedade não vai aceitar, numa eleição em 1988, os pratos feitos. Esta não será uma eleição na base do bico-de-pena”

Azevedo — Muitos empresários financiaram a campanha de Mário Covas ou a de Fernando Henrique Cardoso. O investimento em campanhas de políticos tradicionais, em minha opinião, é um equívoco.

Afif — Outro exemplo de liderança anticonvencional, como você define, é a do presidente da Bolsa de São Paulo, Eduardo saiu de público assumindo posições corajosas: denunciou o calote da dívida pública, negou apoio à política econômica do governo. Esta é uma atitude destemida que pode ter bons resultados políticos. Enquanto Eduardo tomava esta atitude destemida, as lideranças empresariais tradicionais preferiram endossar as atitudes do governo. Este é um problema estrutural, vem da estrutura corporativista do sindicalismo brasileiro. Mas já é possível ter a medida do retorno, do feed back da coragem em relação à pusilanimidade. Basta ver o crescimento da UDR no Brasil inteiro. É preciso ir de encontro ao pensamento, aos anseios da base, e faz isso quem resolve enfrentar, de peito aberto, o governo, o Estado brasileiro.

Caiado — A UDR só cresceu, só tem força porque, desde o início, eu tenho a consciência de que é preciso conversar com o homem comum, com as bases. O líder tradicional da área empresarial pensa que o fundamental é ter uma agenda com os números dos telefones dos ministros. Eu não tenho o número do telefone de ministro nenhum e não tenho tempo para tomar o chá das cinco com os burocratas do governo. Este é o único segredo do sucesso da entidade que dirijo. A palavra-chave é independência. O povo sabe disso. E não é cômodo, não. O patrulhamento é terrível. Agora, por exemplo, o governador Pedro Simon mandou cortar o crédito dos companheiros da UDR no Rio Grande do Sul, que não têm o direito que os outros agricultores têm de renegociar as suas dívidas. Isso é surpreendente: não pensamos que voltaríamos ao clima do autoritarismo. Mas, se tais dificuldades são o preço da independência, vamos pagá-lo.

## Afif, um mascate com 508 mil votos

Neto de mascate, descendente de imigrantes libaneses, Guilherme Afif Domingos cansou-se de ouvir conselhos de amigos para não se aventurar na carreira política, por causa de um “pecado de origem”: a ligação com o ex-governador Paulo Maluf. Se Guilherme Afif tivesse ouvido os conselhos, não teria recebido os 508 mil votos com que seu partido, o PL, elegeu o único constituinte de sua bancada paulista. De fato, a origem de Afif é ligada a Maluf: foi presidente do Badesp e secretário de Agricultura em seu governo, além de ter recebido seu apoio para se eleger presidente da poderosa Associação Comercial de São Paulo. Mas o “pecado de origem” não limitou a causa que abraçou e graças à qual obteve a terceira maior votação do Estado, só sendo superado por Ulysses Guimarães e Lula: a defesa do contribuinte, tema usado em sua vitoriosa campanha na televisão. Aos 44 anos, casado, quatro filhos, o economista, que virou empresário por herança (herdado do avô a Seguradora Indiana) e político por vocação, não pensa em abandonar sua nova atividade tão cedo. Não é conivente sua convicção quando nega a candidatura à Prefeitura de São Paulo e sua pregação permanente, Brasil afora (amanhã estará falando no Instituto Joaquim Nabuco, em Recife, Pernambuco), serve para alimentar em muitos pequenos e médios empresários, sua platéia política, o sonho de participação na sucessão presidencial.



Oswaldo L. Palermo